

VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E FUNÇÃO MATERNA: Relato de Experiência

Child Sexual Violence and the Maternal Function: An Experience Report

Andressa Bruceze Martins⁴²
Rosangela Kátia Sanches Mazzorana Ribeiro⁴³

RESUMO: A violência sexual contra crianças consiste em qualquer ato ou manipulação realizados por um agressor que esteja em estágio psicossexual mais adiantado que a criança. O presente trabalho refere-se ao relato de experiência de uma acadêmica no Estágio Supervisionado Específico II (ESE II) do Curso de Psicologia da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), realizado em Programa de Atendimento a Vítimas de Violência Sexual (PAVVS) no Hospital Universitário “Júlio Muller” (HUJM) e referente ao atendimento psicológico de uma criança de 11 anos, sexo feminino. A abordagem psicanalítica foi utilizada como referencial teórico. O caso a ser apresentado trata-se da vivência de uma criança que sofreu violência sexual incestuosa e evidencia o comprometimento na relação da criança com sua figura materna, pois a mãe não acreditou no relato da filha. Portanto, considera-se a importância de uma dinâmica familiar saudável, que é salutar para o acolhimento de uma criança vítima desse abuso.

PALAVRAS-CHAVE: Psicanálise; Abuso Sexual na Infância; Conflito Psicológico.

ABSTRACT: Sexual violence against children consists of any act or manipulation performed by an aggressor who is in a psychosexual stage more advanced than the child. The present work refers to the experience report of an academic in the Specific Supervised Internship II (ESE II) of the Psychology Course at the Federal University of Mato Grosso (UFMT), carried out in a Program for Assistance to Victims of Sexual Violence (PAVVS) at the Júlio Muller University Hospital (HUJM), referring to the psychological care of an 11-year-old female child. The psychoanalytic approach was used as the theoretical framework. The case presented in this work describes the experience of a child who suffered incestuous sexual violence and shows the impairment in the child's relationship with her maternal figure, since the mother did not believe the daughter's report. Therefore, the importance of a healthy family dynamic is highlighted, as it is essential for welcoming a child who is a victim of such abuse.

KEYWORDS: Psychoanalysis; Child Sexual Abuse; Psychological Conflict.

INTRODUÇÃO

A Violência Sexual (VS) contra criança apresenta múltiplas definições discutidas teoricamente. O Ministério da Saúde (2002, p. 14) denota que VS consiste em qualquer ato ou manipulação realizado por um agressor que esteja em estágio psicossexual mais adiantado que a

⁴² Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT) | <https://orcid.org/0000-0001-9270-0458>

⁴³ Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT) | <https://orcid.org/0000-0003-4072-1091>

criança ou adolescente, como atos de voyeurismo, exibicionismo, exploração sexual, pornografia até contatos com ou sem penetração.

Sanderson (2005) descreve o abuso com contato físico como aquele que utiliza linguagem sexual não apropriada à criança, além de fotografias com propósito pornográfico, exibicionismo, voyeurismo e o uso de crianças na criação ou na exibição de imagens e filmes pornográficos. Além de comportamento sexual manifesto na frente da criança. O abuso que envolve contato físico inclui beijos inapropriados, carícias nos seios ou genitais, masturbação, sexo oral e penetração com os dedos ou pênis.

Conforme Pfeiffer e Salvagni (2005), as palavras Abuso Sexual (AS) e Violência Sexual (VS) podem ser utilizadas como sinônimos, uma vez que é uma situação que ocorre com uma criança ou adolescente, em que é utilizado para satisfazer sexualmente um adulto ou até mesmo um adolescente que seja mais velho, que pode ser alguém que seja responsável por ela ou que tenha ligação familiar, algum tipo de relacionamento ou desconhecido da vítima. Sendo assim, as autoras deste trabalho optaram por utilizar a denominação Abuso Sexual (AS) no presente texto.

Com base nisso, o presente trabalho ocupou-se da articulação entre saberes e fazeres no contexto de acompanhamento psicológico, no contexto clínico, de uma criança vítima de violência sexual, atendida em programa de referência estadual no atendimento dessas pessoas, desenvolvido no Estágio Supervisionado Específico do 10º semestre do Curso de Psicologia da Universidade Federal de Mato Grosso. Este relato de experiência tem por objetivo a discussão da violência sexual incestuosa praticada por padrasto contra uma criança e a relação dessa criança com a figura materna.

REFERENCIAL TEÓRICO

Ao se tratar da constituição de sujeito na abordagem psicanalítica, é necessário apresentar a questão fundamental que rodeia a psicanálise: a sexualidade infantil. Rezende (2008) ressalta, a partir das contribuições de Freud, que a sexualidade não surge apenas na fase da adolescência, enquanto umas profícias dessa fase ou da vida adulta, mas sim está presente desde a tenra idade, que se inicia na relação mãe-bebê. Assim, a criança possui uma sexualidade ativa, que decorre das pulsões e da estimulação das zonas corporais.

Para tanto, há duas questões fundamentais apresentadas no desenvolvimento da sexualidade infantil. De acordo com Faiman (2004), os pais são de suma importância no desenvolvimento da criança, pois são protagonistas naturais das primeiras fantasias que representam o complexo de Édipo. Desse modo, Freud (1905/2006) relata que a menina, ao se deparar com a diferença anatômica, se dá conta de que não possui um pênis e que sua mãe também não possui, por isso se volta para o pai com o intuito de obter o pênis que a mãe lhe negou, e consequentemente esse desejo é substituído pela vontade de ter um filho do pai. Ao deparar-se com um pai que lhe nega esse desejo, o complexo de Édipo na menina vai sendo progressivamente abandonado. No processo de castração, a menina comece um movimento de certa depreciação na mãe, por tê-la feito menina. Freud (1905/2006) refere que as meninas, ao compararem seu órgão genital com o de crianças do sexo oposto, se sentem injustiçadas. Pois, uma criança (menina) não entende a falta do pênis como sendo de caráter sexual, e sim que teve um órgão igualmente grande e o perdeu por castração.

Nasio (2017) coloca o complexo de castração como uma etapa na evolução da sexualidade infantil, mas que esta não se reduz a um momento cronológico, pelo contrário, é renovada ao longo de toda a existência. No complexo de castração, a menina se volta para a figura materna com desenvolvimento de uma certa depreciação, quando se descobre castrada. Aborda ainda que

a castração possui um papel fundamental no desenvolvimento sexual e tem a função de evidenciar que a relação incestuosa do complexo de Édipo não é possível. Considera-se o principal acontecimento da castração feminina uma segunda separação da mãe, que lhe remete a uma repetição de uma separação anterior, a do seio materno.

Rotili (2012, p. 19) relata que essa fase será retomada ao iniciar a adolescência. Continuando com o desenvolvimento da sexualidade, a criança entrará no período de latência no momento em que surgir a vergonha e as exigências dos ideais estéticos e morais. No entanto, as monções sexuais infantis não cessam no período de latência, mas neste período suas energias são sublimadas e destinadas para outros fins, como para a aprendizagem escolar. Em seguida, com a entrada na adolescência, haverá a retomada do investimento narcísico. A autora aborda que na adolescência ocorre um luto decorrente da perda do corpo infantil, sendo esse luto um trabalho tanto de relativização das imagens infantis como aceitação de suas dúvidas, falta e solidão. Ocorre um investimento das lembranças ligadas ao objeto perdido, pois, durante a infância, os pais são representados como figuras ideais e necessárias. A figura dos pais ideais é reeditada na adolescência, com a visão dos pais reais.

Assim, Soifer (1992) destaca que o período dos 8 aos 12 anos, considerado como pré-puberdade, é demarcado por algumas especificidades, como a reativação dos conflitos edípicos, intensificação da angústia de castração, sentimento de culpa ou vergonha. De acordo com Torres (2014), é a partir dos dispositivos identificatórios introjetados que o adolescente percebe que pode se distanciar do objeto, tomando para si, por meio da introjeção, características desse objeto, com uma nova forma de relacionar-se com a alteridade.

Em contrapartida, Rouyer (1997) aponta que o abuso sexual incestuoso pode causar consequências mais traumáticas por conta das figuras parentais que deveriam ser protetoras, mas falharam nesse processo, gerando uma confusão na criança em relação a essas imagens. Ferenczi (2006) aborda a dificuldade de predizer quais seriam os sentimentos de uma criança após uma sedução incestuosa, que a priori poderia se pensar em recusa, ódio ou resistência. No entanto, a autoridade que o adulto exerce sobre ela é esmagadora, em que a criança que sofre abuso pode tornar-se mecanicamente obediente ou teimosa, mesmo não se dando conta das razões de suas atitudes. Geralmente busca a mãe como pessoa de confiança.

Santos (2012) descreve ser muito frequente a cegueira materna frente ao abuso sexual intrafamiliar. Mesmo após a revelação, muitas mães se mostram impedidas de acreditar no fato e assim destituem a fala da criança, colocando-a como responsável por ter ocorrido o abuso.

De maneira geral, a autora discute que não se trata da mãe não querer proteger seu/sua filho/a, mas o fato de colocá-la em contato com a relação com sua própria mãe, e conforme esta relação com a figura materna tenha sido gratificante ou não, poderá trazer repercussões nesse modo de aceitação ou negação do abuso vivenciado pela filha. Fuks (2006), citado em Huh e Cavalini (2011, p. 12), relata que as investigações clínicas têm mostrado que a mãe tende a “recusar” o abuso da filha como forma de negar para si mesma que falhou em sua proteção.

Jonzon e Linblad (2004) apontam que, quando ocorre a revelação do abuso, as reações maternas podem ser positivas, negativas ou neutras. A reação positiva se relaciona ao fato da figura materna ficar com raiva do agressor e da situação ocorrida. Nesse caso, são recorrentes os sentimentos de revolta contra o abusador e sensibilidade em relação à criança, com a aceitação, apoio e credibilidade para com a fala e sofrimento do/a filho/a. As reações negativas acontecem quando a mãe não consegue assumir uma postura protetora em relação à criança, pois não lhe comprehende e não lhe dá o apoio necessário.

Por vezes, pode ocorrer o abandono ou evitação de contato com a vítima. Há situações de mães punirem a/o filha/o perante a situação do abuso e buscar mecanismos para que não ocorra

um desmanche da estrutura familiar ou da relação conjugal existente, reforçando assim sentimentos ambivalentes em relação à criança. Dessa forma, é possível ainda destacar que existem fatores que podem propiciar essa posição de negação ou de cumplicidade da figura materna. Já as reações neutras se caracterizam por indiferença frente à situação do abuso, ou mesmo oscilação entre reações positivas e negativas (Santos & Dell'Aglio, 2009).

Corroborando ainda, Sufredini, Moré e Krenkel (2016) colocam que a criança pode manifestar sentimento de não ter tido o suporte da mãe, quando a mesma minimiza a violência ocorrida ou se nega a acreditar na sua palavra. Contudo, muitas vezes essas mães que não oferecem o apoio necessário para seus filhos também não tiveram uma figura materna presente na sua infância, se tornando posteriormente dependentes emocionalmente dos seus cônjuges.

No caso a ser apresentado, Jéssica (nome fictício) se encontrava em um momento de ressignificação das figuras parentais, após ter sido vítima de abuso sexual e se “sentir abandonada” pela figura materna. Portanto, este relato de experiência referenciará as condições idiosincráticas da singularidade da vivência do seu abuso, por meio do estudo de caso clínico de uma menina de 11 anos, vítima de abuso sexual, praticado pelo padrasto.

METODOLOGIA

O presente relato de experiência foi desenvolvido no Estágio Específico do nono e 10º semestres do Curso de Psicologia, da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). O estágio aconteceu no Programa de Atendimento a Vítimas de Violência Sexual (PAVVS), do Hospital Universitário Júlio Muller (HUJM), em Cuiabá, estado de Mato Grosso. O acompanhamento psicológico foi realizado por estagiária (primeira autora desse trabalho), devidamente supervisionada por professora do Curso de Psicologia da UFMT (coautora).

Vale ressaltar que o HUJM é referência no atendimento à vítima de violência sexual desde 2001. Visa oferecer assistência global à vítima de violência, considerando o foco tanto na atenção quanto na prevenção e assistência às demandas. Oferece apoio referente à saúde, proteção social e jurídica, com a realização do acompanhamento médico, anticoncepção de emergência e profilaxia antirretroviral, bem como a realização do aborto legal e os demais encaminhamentos e procedimentos necessários, constituindo assim uma abordagem interdisciplinar, com médicos, enfermeiros, assistentes sociais e psicólogos.

Em relação ao acompanhamento psicológico da criança Jéssica, foram realizadas sessões individuais, com periodicidade semanal, com duração aproximada de 50 minutos cada sessão, e ocorreram em sala disponibilizada no referido hospital. Neste estágio foram realizadas 14 sessões, sendo 11 sessões com a criança e três sessões com o genitor, para levantamento da anamnese (história de vida da criança) e acompanhamento da evolução. O acompanhamento foi interrompido pelo genitor da criança, que, por motivos laborais, não pôde mais levar a filha ao acompanhamento psicológico.

COMPREENSÃO PSICODINÂMICA DO CASO

Quando Jéssica iniciou o acompanhamento psicológico, estava com 11 anos. Nos relatos perante o abuso, relatou que seu padrasto começou a abusar dela assim que fez 10 anos, dizendo que ele tocava suas partes íntimas, não informando quantas vezes este fato ocorreu. Ao procurar a mãe, a mesma acusou a filha de mentirosa, desse modo, Jéssica contou o que ocorreu para a professora de sua escola e a mesma notificou o Conselho Tutelar. Jéssica foi acolhida institucionalmente e ficou na Casa Lar até seu pai conseguir a guarda provisória. Nas sessões de

psicoterapia, fez relatos sobre sua vivência com figuras parentais, principalmente em relação à sua mãe, pois sentia saudades de estar com ela. Os pais eram separados desde quando a filha tinha 3 anos de idade. Para Jéssica, esse processo de relação entre o eu e o outro, aqui representados pela relação mãe e filha, estava sendo revivido no momento presente, do acompanhamento psicológico, por consequência do abandono materno, decorrente do abuso cometido pelo padrasto e a não credibilidade à fala da filha. Sua mãe destituiu sua fala e continuou vivendo com o seu padrasto, com comportamento punitivo em relação à filha. A mãe rompeu o contato com a filha e dificultava o contato dela com os irmãos. Desse modo, Jéssica, a princípio, foi acolhida institucionalmente em uma Casa Lar, por um período de três meses, antes de seu pai biológico conseguir a guarda provisória.

Borges (2009) cita que, quando nasce uma criança, nascem também os pais, que precisam conhecer esse novo ser e encontrar-se com ele, porque o bebê sonhado não é exatamente o mesmo que nasceu. O casal deve adotá-lo emocionalmente. Dessa maneira, Jéssica, pelo que foi possível observar durante as sessões, não foi um bebê esperado e adotado emocionalmente pelos pais. Esse movimento de adoção emocional parece ter ocorrido somente no momento em que ela foi morar com o pai e a madrasta, após ter sofrido o abuso sexual. Tal condição foi percebida na fala do pai, quando disse “está sendo muito difícil lidar com a Jéssica, ela só faz o que ela quer fazer, é muito grudenta”. Jéssica reviveu o abandono primário da separação da mãe e falava da mãe com rancor, referindo-se à mãe como “chata” e “preguiçosa”. Também relatou sobre a vontade de esganar a mãe, pois ela havia abandonado-a e escolhido ficar com o padrasto e não atendia suas ligações telefônicas.

Para conseguir lidar com essa percepção da relação mãe-filha, ela parece ter projetado no padrasto (que cometeu o AS), a raiva sentida pelo abandono da mãe, justificando que a mãe não fazia contato com ela pois “é aquele homem que não deixa ela falar comigo”. De acordo com Albornoz (2001), a vivência abusiva é decorrente de uma falha na função materna, que não protege a criança daquilo que é excessivo. Aulagnier (1977) e Mannoni (1985) citam que a falta de desejo materno torna a realidade da criança frustrante.

Em algumas sessões, Jéssica se queixou de que “não podia ser quem ela era” na casa do pai, pois gostava de usar shorts curto e de passar maquiagem, como a mãe fazia, mas seu pai e madrasta implicavam com o comprimento dos seus shorts e com a sua maquiagem. Para Jéssica, a maquiagem tinha uma representação simbólica de “manter sua mãe por perto”, relatado por ela com choro.

Na relação transferencial, pôde-se observar que, quando ela jogava e estava perdendo, disse que tinha vontade de esganar (estagiária), xingava “merda”, você vai ver”, “vontade de te esganar”, como representativa da mãe naquele momento. Visto que também dizia sobre a vontade de esganar a mãe.

Na relação transferencial, foi observado que em alguns momentos a estagiária ocupava o lugar materno na relação, fato que ficou evidente em sua última sessão, em que chamou a estagiária/psicoterapeuta de “mãe”. Observou-se também que a relação com a madrasta possibilitou uma reorganização da função materna, enquanto uma figura de cuidado, quando relata que saía com sua “mãe dois” para comer lanches, e que elas brincavam juntas “a gente se junta para fazer brincadeiras contra meu pai”. A partir disso, também afirmava que sua “mãe dois” queria ficar controlando a roupa que ela ia para a escola “ah tia, minha mãe dois quer ficar me controlando, quer que eu use shorts comprido e eu não gosto dessas coisas, shorts abaixo do joelho e às vezes implica com a maquiagem que eu passo, eu não posso deixar de ser quem eu sou por causa deles, eu não gosto de shorts abaixo do joelho.”

Blinder, Knobel e Siquier (2011) relatam que na transferência, no atendimento de crianças,

há algo do momento atual que a criança está vivenciando. E que para Jessica seria uma ressignificação do lugar materno em sua vida. Na última sessão, Jéssica verbalizou que se sentiu abandonada pela mãe e que sentia raiva por sua mãe aparentar não se importar com ela. Disse ainda que sentia saudade das brincadeiras que tinha com ela e com os irmãos. Relatou que amava sua mãe, que não conseguia odiá-la e que, se a visse, diria o quanto a amava. A relação mãe-filha, de amor e ódio, é aqui representada por essa fala da sua relação com a figura materna.

Ferenczi (2006) aponta que a criança que sofreu um abuso sexual pode, pela pressão de uma urgência traumática, desenvolver as emoções de um adulto já maduro, havendo, portanto, uma maturidade precoce. Aponta para o quão a linguagem do adulto e da criança se diferem, pois as crianças possuem fantasmas lúdicos, como forma de manter um papel maternal em relação ao adulto. Este jogo pode vir a tomar uma forma erótica, mas sempre ao nível de ternura pela criança. No entanto, é dito que para os adultos que possuem predisposições psicopatológicas, a brincadeira de sedução da criança se confunde com a de uma pessoa que já atingiu um nível de maturidade sexual.

Santos e Dell'Aglio (2009) abordam o fato de algumas mães punirem suas filhas perante a situação do abuso, como uma forma de buscar mecanismos para não haver um desmanche familiar ou do seu relacionamento conjugal. Percebido por ela como uma forma de punição por ter denunciado o padrasto. Neste caso, a criança não possuía mais contato com a mãe e irmãos, ao menos até o momento em que foi suspenso o acompanhamento psicológico.

Ao longo do acompanhamento psicológico, ficou evidente esse processo de entrada na adolescência e os conflitos em relação às imagens parentais. Parece que havia uma busca pela boa mãe. Jéssica fez uma substituição do “lugar materno”, em razão de sentir-se abandonada pela mãe, pois quando foi morar com seu pai, ele estava casado e a madrasta lhe conferiu o lugar da mãe, quanto aos cuidados maternos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O acompanhamento psicológico possibilitou visualizar as dimensões de um tratamento analítico com crianças. Nas sessões foram trabalhados conteúdos relacionados não somente ao abuso sexual sofrido, mas também ao relacionamento com o seu pai e sua mãe. O abandono da figura materna lhe causava mais sofrimento do que o abuso sexual. Nas últimas sessões, observou-se na relação transferencial o lugar que era ocupada pela estagiária, enquanto função materna, verbalizado nos jogos lúdicos, em muitos momentos como “*eu vou acabar com você*” e frases como “*eu vou te esganar*”. Dessa maneira, na posição de psicoterapeuta, era evidente a relação transferencial estabelecida, com a expressão de raiva da figura materna. Por meio da transferência, foi possível expressar que se sentia abandonada pela mãe e demonstrava frustração pela mãe ter continuado com seu padrasto.

A relação primária com a figura materna é primordial para a constituição psíquica do filho/filha. Intervir precocemente nesta relação é importante para que, de modo prognóstico, haja recursos internos para que os filhos/filhas possam lidar com as questões e problemáticas que a vida irá lhes apresentar. O contexto do estágio apresentava como questão principal o atendimento de crianças que passaram por violência sexual, no entanto, quando a criança chegava ao consultório para atendimento psicológico, havia inúmeros outros fatores (dinâmica familiar, abandono) que a colocavam em uma situação de vulnerabilidade e sofrimento psíquico. Portanto, é essencial no trabalho clínico com crianças vítimas de violência sexual, o olhar para além do contexto da violência sofrida, ou melhor, uma escuta idiossincrática.

REFERÊNCIAS

- Albornoz, A. C. (2001). A infância roubada—enfocando vivências de abuso. *Revista da Saúde*, 2, 38–45.
- Aulagnier, P. (1977). *La violencia de la interpretación: del pictograma al enunciado*. Buenos Aires: Editorial Amorrortu.
- Blinder, C., Knobel, J., & Siquier. (2014) *Clínica psicanalítica com crianças*. São Paulo: Editora Ideias & Letras.
- Borges, T. P. (2009). Função materna, educação e ato educativo. *Revista Inter Ação*, 34(2), p. 453-464.
- Brasil (2002). Ministério da Saúde. *Violência intrafamiliar: orientações para a prática em serviço*. Brasília: Ministério da Saúde.
- Faiman, C. J. S. (2004). *Abuso sexual em família: a violência do incesto à luz da psicanálise*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Ferenczi, S. (2006). Confusão de línguas entre os adultos e a criança. A linguagem da ternura e da paixão. *Revista de Psicanálise da SPPA*, 13(3), 13-24.
- Freud, S. (2006). Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In: J. Strachey (Ed. & Trans.), *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud* (vol. VII) Trabalho originalmente publicado em 1905.
- Huh, D. M. J., & Cavalini, S. F. S. (2011). Consequências do abuso sexual infantil no processo de desenvolvimento da criança: contribuições da teoria psicanalítica. *VII Jornada de Iniciação Científica*.
- Jonzon, E., & Lindblad, F. (2004). Disclosure, reactions, and social support: Findings from a sample of adult victims of child sexual abuse. *Child maltreatment*, 9(2), 190-200.
- Mannoni, M. (1985). *A relação fantasmática do filho com sua mãe*. São Paulo: Martins Fontes.
- Nasio, J. D. (2017). *Lições sobre os 7 conceitos cruciais da psicanálise*. Editora Schwarcz -Companhia das Letras.
- Pfeiffer, L., & Salvagni, E. P. (2005). Visão atual do abuso sexual na infância e adolescência. *Jornal de pediatria. Rio de Janeiro*, 81(5), s197-s204.
- Rezende, J. B. D. (2008). *A posição subjetiva da criança no abuso sexual*. (Dissertação de Mestrado Profissional). Universidade Veiga de Almeida, Rio de Janeiro.

Rotili, A. L. D. (2012). *O adolescente e os vínculos familiares*. (Trabalho de Conclusão de Curso). Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Graduação em Psicologia, Ijuí.

Rouyer, M. (1997). As crianças vítimas, consequências a curto e médio prazo. In: M. Gabel, (Org.) *Crianças vítimas de abuso sexual* (pp. 62-71). São Paulo: Summus.

Sanderson, C. (2005). *Abuso sexual em crianças: fortalecendo pais e professores para proteger crianças de abusos sexuais*. M. Books do Brasil.

Santos, S. G. (2012). O que se passa no interior das famílias em que ocorre a violência sexual intrafamiliar contra crianças e adolescentes? *Associação Psicanalítica de Curitiba em Revista*, (24), 61-77.

Santos, S. S., & Dell'aglio, D. D. (2008). Compreendendo as mães de crianças vítimas de abuso sexual: ciclos de violência. *Estudos de Psicologia*, 25(4), 595-606.

Soifer R. (1992). *Psicologia da Gravidez, Parto e Puerpério*. Porto Alegre: Artes Médicas.

Sufredini, F., Moré, C. L. O. O., & Krenkel, S. (2016). Abuso sexual infanto-juvenil na perspectiva das mães: uma revisão sistemática. *Contextos Clínicos*, 9(2), 265-278.

Torres, R. (2014). O Campo Lacaniano e o desejo. *Stylus (Rio de Janeiro)*, (28), 25-31.

Zimerman, D. E. (2009). *Fundamentos Psicanalíticos: Teoria, Técnica, Clínica – Uma Abordagem Didática*. Porto Alegre: Artmed Editora.